

Primeiras Histórias – O surgimento das imprensas feminina e feminista no Brasil

Eugênia Melo Cabral*

Índice

| | |
|------------------|---|
| 1 O Cenário | 1 |
| 2 As Personagens | 2 |
| 3 O Texto | 3 |
| 4 Conclusão | 4 |
| 5 Bibliografia | 5 |

Resumo

Este trabalho analisa, em uma abordagem histórica, o ambiente cultural e social em que os primeiros veículos de imprensa feminina apareceram no Brasil e sua função na educação da mulher. O início da história da imprensa feminista brasileira também é retratado discutindo sua mudança de abordagem através do tempo.

Palavras-chave: Imprensa feminina, Imprensa feminista, História do Jornalismo Brasileiro, Comunicação e Gênero.

*Jornalista graduada pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com especialização em Assessoria de Comunicação pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e em Teorias da Comunicação e da Imagem pela UFC.

Abstract

This text analyses, in an historical approach, the cultural and social environment in which the first press directed to women were created in Brazil and their function in women education. The beginning of feminist press history is also retraced in a view of its approach changing through time.

Keywords: Women Press, Feminist Press, Brazilian Journalism History, Communication and Gender.

1 O Cenário

Colonizado já no século XVI e negligenciado pela metrópole por quase cem anos, o Brasil do século XIX permanecia uma terra em sua grande parte erma. Havia poucas cidades de maior prestígio, nenhuma no interior do país, e de vida cultural mais voltada a repetição de modas e notícias trazidas da Europa.

A formação intelectual não era preocupação em uma colônia analfabeta que sofria uma ocupação de exploração. LAJOLO (1991) define a catequese dos índios pelos jesuítas como o principal programa educacional promovido pela administração por-

tuguesa na colônia americana durante os séculos XVI e XVII.

A situação melhora com a chegada, em 1808, da Família Real ao Rio de Janeiro, que tem que sofrer uma rápida transformação para dar ares europeus ao habitat da nobreza. Porém, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia jogados de chofre em uma sociedade desconectada do resto do mundo provocaram o que muitos autores consideram um “intelectualismo de salão”, um verniz social copiado e adaptado de Portugal e França.

E a pouca importância dada à educação perdurou mesmo assim. O censo de 1872 revela uma população de 10.112.061 habitantes no país onde apenas 1.954.993 pessoas sabiam ler e só havia 5.077 escolas primárias e secundárias (HAHNER, 1981, p. 32). Educação superior só se fosse nas universidades européias.

O início da produção literária nacional é sofrido e padeceu de grande desvalorização da parte dos brasileiros que preferiam os autores estrangeiros. VASCONCELOS (2005) afirma que “entre 1808 e 1822, o que se constata entre os livros publicados pela Imprensa Régia, é uma preponderância de obras traduzidas do francês”.

A produção cultural ficou concentrada, principalmente no Rio de Janeiro. Mesmo os focos culturais que existiam não se comunicavam entre si, não havendo intercâmbio de produção e unidade alguma na intelectualidade do país durante todo o Império.

Quando as máquinas de imprensa foram liberadas, a produção jornalística pululou. Aqueles que tinham algo a dizer e dinheiro para tanto montavam um jornal. Eles costumavam ser efêmeros e marcados por questões políticas. BUITONI (1981, p. 27)

escreve que: “O século XIX foi um século de imprensa artesanal, das folhas tipográficas, que raramente ultrapassavam quatro páginas, a maioria de curta duração”.

2 As Personagens

O censo de 1872, aqui já citado, revela que, da população considerada alfabetizada, 1.012.097 são homens livres e 550.981 mulheres livres. Até mesmo entre os escravos o número de homens letrados é o dobro do das mulheres, 958 e 445 respectivamente.

Inicialmente, não era incentivado à mulher ler pelos riscos que implicava de receber informações perniciosas ou comunicar-se com rapazes. Depois, foi permitido às moças que fossem ‘prendadas’. Elas recebiam educação elementar e religiosa, algumas noções de língua estrangeira, bordado e tarefas do lar. Às vezes, eram enviadas a colégios internos dirigidos por religiosas até a idade de serem apresentadas à sociedade em busca de um casamento vantajoso. Do pai para o marido, a submissão era deslocada e a obediência esperada era cega. Cabia a eles o papel de “protetores da inteligência e da moral das mulheres” (MORAIS, 2002, p. 68), seres limitados e intelectualmente inferiores aos homens.

Foi por volta de 1870 que a revolução burguesa e o capitalismo ampliaram a atuação da mulher na classe alta brasileira. “A partir do século XVIII, a questão da educação feminina acrescenta peso econômico à sua já notória dimensão ética, ao gerar virtuais consumidoras de literatura” (LAJOLO, 1999, p. 238). Foi descoberto e consolidado o seu lado de consumidora, não apenas de jornais e revistas, como em especial dos produtos anunciados neles.

Começa então um outro nível de controle da educação feminina. Ficam reservados a elas a literatura de tom moralista e doutrinário e os romances folhetinescos. Essa literatura, dita feminina, era menosprezada e desqualificada pelos homens da época. Em 1902, o crítico literário José Veríssimo afirma que a instrução feminina não alcança a “grande literatura” e o que elas lêem não pode ser considerado “grande literatura” por ser apreciado por elas (LAJOLO, 1999, p. 244). A sociedade permitia e incentivava apenas leituras que mantivessem a mulher no mesmo patamar em que ela se encontrava. Delimitava-se, assim, o espaço da leitura feminina. A autora complementa: “No conjunto, reforçavam o lugar social da mulher: sua educação por melhor que fosse, dirigia-se à ocupação deste papel, ao cumprimento das tarefas de esposa e mãe” (LAJOLO, 1999, p. 257).

Muitos anos depois, quando ocorreu a entrada feminina no mercado de trabalho, essa imagem foi mantida e reverberada. As mulheres podiam ser professoras ou enfermeiras (como educadoras e cuidadoras mães), não podiam, porém, serem médicas ou advogadas. Criou-se uma divisão de espaços onde o homem era superior na área pública enquanto na particular apenas a piedosa e meiga mulher dominava.

A instrução feminina foi então colocada como necessária à comunidade. As mulheres precisavam ser educadas para serem boas mães e esposas e não para proveito próprio.

3 O Texto

O primeiro periódico feminino que se tem registro, *Lady's Mercury*, foi lançado na Grã-

Bretanha em 1693 quando no Brasil ainda não havia chegado a imprensa. Mais de um século depois, aparece o primeiro veículo dirigido ao público feminino que se tem notícia no nosso país. É o *Espelho Diamantino* (1827) que tratava de política, literatura, belas-artes e moda.

A partir daí os títulos se sucedem pelo Rio de Janeiro, Recife, e São Paulo. BUITONI (1981, p. 28) divide a imprensa feminina do século XIX em dois grupos: “tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’ e a progressista, que defende os direitos das mulheres”.

O primeiro é composto de jornais feitos, em sua maioria, por homens e com textos que transitam entre moda, entretenimento e serviços. Um dos principais foi *O Correio das Moças*, publicado no Rio de Janeiro de 1839 a 1841. Em 1843, ele ganhou uma continuação chamada *O Espelho Fluminense* (Todas as informações históricas são de BUITONI, 1991, p. 37 a 45).

Quando a *Semana Illustrada*, de Henrique Fleiuss, surgiu em 1860 trazendo pela primeira vez ilustrações abriu-se um novo leque à imprensa feminina. Ela foi seguida, em 1876, pela *Revista Ilustrada*, que alcançou a marca de 4.000 exemplares, e pela *Ilustração do Brasil*, edição de luxo com gravuras feitas em aço e cobre.

A *Revista Feminina* foi a primeira publicação em estilo magazine no Brasil. Fundada por Virgilina de Souza Salles em 1914, teve colaboradores como Olavo Bilac, Menotti del Piccha, Júlia Lopes de Almeida e Presciana Duarte e circulou por 22 anos.

O precursor do grupo progressista foi o *Jornal das Senhoras*, fundado em 1852. Os historiadores divergem sobre a responsável

inicial por ele. Foram editoras Cândida do Carmo Souza Menezes e Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco. A autora do primeiro editorial e quem dirigiu o jornal por mais tempo foi Joana Paula Manso de Noronha.

Estranhamente, o público alvo do *Jornal das Senhoras* não era o feminino e sim os homens. Era usada uma linguagem persuasiva para convencê-los de que a mulher não era uma boneca-propriedade deles. Houve nessa época, uma troca de imagem. A própria mulher reivindicava nos textos o papel de anjo e santa. Meigas e piedosas mães deveriam ser educadas para melhor ensinar os filhos e administrarem a casa. Para elas, era preferível ser idealizada e vista como companheira a permanecer como objeto da casa do pai ou do marido.

O Jornal não atingiu seu objetivo tendo sido alvo marcadamente de críticas de ambos os sexos. “Embora impossível de avaliar plenamente, a reação aos apelos fervorosos de O ‘Jornal das Senhoras’ parece incluir tanto hostilidade masculina quanto timidez feminina” (HAHNER, 1981, p. 39).

Outros periódicos feministas foram *O Sexo Feminino* (1875-1877), *A Família* (1889-1897) e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1890-1896). Com *O Sexo Feminino*, de Francisca S. da M. Diniz que também era proprietária do *Quinze de Novembro*, ocorreu uma mudança de alvo. Desta vez, os textos esclareciam às mulheres sobre sua condição na sociedade e seu potencial e ainda defendiam “a idéia essencial de que a dependência econômica determinava a subjugação feminina e de que uma educação melhor poderia ajudar a elevar o status da mulher” (HAHNER, 1981, p. 55).

Fora da imprensa ideológica, os jornais

eram utilizados para entretenimento, trocas de idéias e informações entre as classes. Os periódicos feministas começaram a levar as mulheres, em sua maioria de classe alta e média, a repartirem experiências e organizarem suas reivindicações. Além disso, “a imprensa feminina era um canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, principalmente no campo das produções menores” (BUITONI, 1990, p. 40).

As mulheres participavam mandando artigos sem se identificarem. No *Jornal das Senhoras*, grande parte dos textos era anônima. Mesmo quando os artigos passaram a ser assinados, o uso de pseudônimos ou iniciais foi maioria entre as autoras. A escritora Virginia Woolf comentou em uma palestra um grupo feminista que a timidez e falta de segurança das mulheres na literatura era o resultado da formação recebida ao longo de toda a vida cujo objetivo era se tornar um “anjo da casa”, entidade de castidade e benevolência com os homens reconhecendo sua inferioridade e complacência como mulher (MORAIS, 2002, p. 70 e 71).

Belo Sexo, de 1862, aparece regido por Júlia d’Albuquerque Sandy Aguiar e traz mensagens mais sutis conclamando as mulheres a lutar pelo progresso nacional. Júlia fazia constantes referências à família e ao marido em seus textos, deixando sempre claro que em primeiro lugar vinha sua família, entretanto ansiava por participar efetivamente das grandes questões nacionais.

4 Conclusão

Esses jornais eram usados em campanha pelos direitos das mulheres. Inicialmente direitos simples, tão elementares que, talvez,

hoje não se consiga enxergar a amplitude do que elas queriam e pelo que lutavam. O direito de receber instrução completa e educação superior de forma digna, o direito de exercer profissões quaisquer que desejassem, o direito de ler e escrever e, mais tarde, o direito de exercer o voto.

À medida que o século XX passava era maior a consciência feminina de que não pertencia ao lugar em que os homens as colocavam. Algumas não queriam mudanças na conjuntura das famílias. Outras queriam o direito de dizer não ao marido que o pai lhe impôs.

O surgimento da imprensa feminina no Brasil respondeu a uma necessidade da burguesia de elevar o nível das mulheres de sociedade e à necessidade das mulheres de exprimirem suas queixas e reivindicações. Logo, os movimentos feministas se apropriaram desses mesmos canais. Os periódicos eram a voz de todo um gênero em uma sociedade patriarcal onde até hoje, não só a mulher como todos que apresentam discordâncias ou diferenças da etnia dominante lutam para serem ouvidos e para fazer valer o direito de igualdade entre os indivíduos.

5 Bibliografia

BUITONI, Dulcília Schoeder. *Imprensa Feminina*. 2^a ed. São Paulo: Ática, 1990.

BUITONI, Dulcília Schoeder. *Mulher de Papel*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

HÄHNER, June E. *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 3^a edição. São Paulo: Ática, 1999.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A Leitura Rarefeita*. São Paulo, Brasiliense, 1991

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *As Leituras das Mulheres no séc. XIX* Belo Horizonte : Autêntica, 2002.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira de. *Formação do romance brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas)*. Texto disponível no site: <http://www.unicamp.br/iel/memorial/Ensaios/Sandra/sandra.htm> Hamlet the Brazilian Way (Machado, Reader of Shakespeare). Portuguese literary & cultural studies, v. 13/14, p. 129-138, 2005.